

AVALIAÇÕES EXTERNAS E SUAS INTERFERÊNCIAS NA DIDÁTICA E NA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA.

Priscila Gonçalves Cruz Teixeira

Orientadora: Gilcilene de Oliveira Damasceno Barão

Universidade Estadual do Rio de Janeiro

priscilageruz@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho consiste em apresentar um estudo em andamento sobre avaliações externas e suas interferências na avaliação da aprendizagem e na Didática de professores da rede municipal do Rio de Janeiro. Mediante a tantas variáveis no processo avaliativo, o MEC considera apenas uma: o desempenho do aluno. Como se esta, de forma isolada, pudesse dar conta de analisar a educação básica brasileira, desconsiderando assim, a dialética entre os fatores internos e externos à escola. Tendo em vista esse cenário problemático em torno da avaliação externa e suas possíveis interferências é que nos voltamos a investigar como esse processo ocorre. A que ponto as avaliações externas estão interferindo na forma do professor planejar suas aulas e avaliar os alunos durante o processo de ensino? As avaliações externas realmente mostram um retrato da realidade conforme se propõe? E a busca por resultados, até que ponto pode desviar o foco do planejamento desvalorizando o processo de ensino-aprendizagem? É tendo estas questões como base que este trabalho se desenvolverá. A metodologia utilizada para dar conta de tais questões será de cunho qualitativo, envolvendo as estratégias de entrevistas e questionários. Os sujeitos participantes desta pesquisa serão professores da rede municipal do Rio de Janeiro que atuam no primeiro segmento da Educação Básica, especificamente em anos que estejam direcionadas as avaliações externas. Esta pesquisa pretende contribuir para a construção do conhecimento, dentro do recorte pretendido, sobre as avaliações externas e suas consequências tanto para a Didática quanto para a avaliação da aprendizagem.

Palavras-chave: Avaliação, ensino- aprendizagem, didática.

I-INTRODUÇÃO

A educação básica vem sofrendo uma série de transformações no que tange a questão de avaliação, que por sua vez interfere no trabalho do professor em sala de aula. Em meio a testes externos que chegam às escolas com a finalidade de avaliar em larga escala o rendimento dos alunos para compor o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), os professores precisam trabalhar com seus alunos também suas avaliações no

decorrer do curso a fim de acompanhar o processo da aprendizagem. Essas avaliações externas muitas vezes acabam interferindo no cotidiano escolar e, portanto, no trabalho do professor em sala de aula, pois muitas escolas visam preparar seus alunos para fazerem tais provas com intuito de serem bem avaliadas no IDEB.

A avaliação, nesta perspectiva, está permeada por uma concepção que retorna ao padrão rígido definido pela avaliação quantitativa (ESTEBAN, 2003) como, por exemplo, a Prova Brasil e o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) que são provas que possuem a proposta de avaliar a qualidade da educação, mas são contraditórias quando exclusivamente quantificam o desempenho cognitivo do aluno, transformando-o em um índice de aprovação, mais conhecido como IDEB. Nesse sentido, interessa o conhecimento transmitido, ou seja, o que ficou retido pelos alunos e foi devolvido em forma de resposta na prova.

Ora, se as avaliações externas com fins diagnósticos fossem de fato para fins diagnósticos, por que são levadas em conta tão somente as notas finais para compor o IDEB? Por que não considerar as respostas que de uma forma ou de outra não atenderam ao padrão de resposta esperado? Escolas com maiores índices de aprovação no IDEB são premiadas com o 14º salário para os funcionários, o chamado Prêmio Anual de Desempenho, ou seja, as escolas que chegam aos índices mais altos ganham premiações e seus nomes nas listas de escolas melhor conceituadas no IDEB. Já as escolas que não alcançam bons índices ganham seus nomes na lista de escolas de baixo desempenho pelo IDEB e recebem o tratamento, principalmente pela mídia, de piores escolas. Mas, segundo o MEC (Ministério da Educação) recebe um investimento maior para a melhoria da mesma. Existe aí um problema que interfere nas escolas e por fim no trabalho do professor e conseqüentemente em seus processos avaliativos no decorrer do curso.

Escolas que possuem diferentes contextos sociais, que atendem a diferentes públicos, que convivem com realidades muito distintas umas das outras, Brasil a fora, estão sendo avaliadas por uma mesma prova, com as mesmas questões. Estamos falando de escolas com níveis socioeconômicos que divergem entre si. Deveriam mesmo estas serem avaliadas da mesma forma? Esta é uma questão um tanto quanto delicada, pois como ressalta Garcia (2003) “O exame por si só não pode resolver problemas produzidos em outras instâncias sociais, pois que, se a estrutura social é injusta, o exame não pode ser justo, por mais aperfeiçoado que seja ser” (GARCIA, 2003 p.43).

Muitas escolas já estão direcionando seus currículos para atender as demandas da Prova Brasil a fim de obterem melhores notas no IDEB. Neste sentido, há uma preparação

para a mesma onde muitas vezes alunos são treinados para terem melhores desempenhos. Sendo assim, a sala de aula é afetada por esta lógica quantitativa de avaliação que segundo o MEC é diagnóstica, quando de fato as evidências apontam para uma prova com objetivos de medição de erros e acertos que posteriormente viram índices.

Nesse emaranhado de acontecimentos encontra-se o professor que precisa ensinar e avaliar o processo de ensino-aprendizagem. Está, no entanto, imerso em uma lógica de avaliação, promovida pelo próprio MEC de promoção, premiação e treinamento. Dividindo com o professor a mesma sala de aula estão os alunos, cada um com suas histórias, suas experiências vividas. Alunos distintos que fazem da sala de aula um espaço de multiplicidade cultural, uma variedade de comportamentos, hábitos, medos e expectativas. Professor, alunos, ensino, aprendizagem e avaliação.

O ato de avaliar possui diversas perspectivas, como ressalta Esteban (2003), que por sua vez podem contribuir ou não para construção de uma aprendizagem significativa que leva em conta os erros, as diferenças, os saberes, o contexto social, enfim, o comprometimento com a inclusão social.

A questão da competência, de acordo com a lógica das avaliações externas, está ligada ao rendimento escolar. Avalia-se a “qualidade” da escola através do IDEB, mas desconsidera-se o problema central: a desigualdade social. Uma questão que não está posta, embora exista, é que por mais que o rendimento de uma escola de baixo nível socioeconômico, de acordo com a medição do IDEB, seja inferior ao esperado, pode este mesmo rendimento ser maior do que o das escolas com melhores resultados, isto se considerarmos todas as dificuldades que os alunos desta primeira escola têm para acompanhar os afazeres da mesma, pois não é por acaso que os melhores desempenhos escolares estão nas camadas com melhor nível socioeconômico, tendo estes alunos últimos, portanto, maiores possibilidades a seu favor. Mas esta questão é ignorada na avaliação externa. Mede-se de forma igual conhecimentos de alunos que possuem acessos diferentes. Desse modo, poderíamos concluir que esta avaliação externa está sendo feita de forma inadequada, pois não leva em consideração a variável nível socioeconômico. E para completar a coerência desta avaliação externa com a lógica liberal e meritocrática, o mérito dos melhores resultados é associado a esforços pessoais dos profissionais da escola e dos alunos e desta forma também ocorrem com os piores resultados. Contudo, o que o IDEB deixa claro ao término de cada avaliação é a divulgação da lista das melhores e piores escolas.

Freitas (2007) aponta que tivemos por muito tempo duas vertentes que se opuseram no cenário educacional tentando explicar o fracasso escolar. Uma relacionando este fracasso a

fatores pedagógicos internos à escola e a outra relacionando este mesmo fracasso a fatores externos à escola. A desigualdade social interfere na escola, ou seja, a escola não está desvinculada de uma realidade social. Deve-se levar em consideração a dialética entre fatores pedagógicos internos à escola e os fatores externos a mesma. Neste sentido, a questão do fracasso escolar não deve estar ligada a uma questão ou outra, mas a dialética entre esses dois fatores. No entanto, as avaliações externas levam em consideração somente os fatores internos à escola, sendo esta responsabilizada pelo fracasso ou pelo sucesso do resultado desta avaliação, isentando a responsabilidade das políticas públicas voltadas para a educação.

Além do nível socioeconômico que deveria ser considerado como variável relevante nas análises de avaliação do desempenho do aluno e da escola há que se considerar também que existem outras variáveis, pois como aponta Freitas:

É importante saber se a aprendizagem em uma escola de periferia é baixa ou alta. Mas fazer do resultado o ponto de partida para um processo de responsabilização da escola via prefeituras leva-nos a explicar a diferença baseados na ótica meritocrática liberal: mérito do diretor que é bem organizado; mérito das crianças que são esforçadas; mérito dos professores que são aplicados; mérito do prefeito que deve ser reeleito etc. Mas e as condições de vida dos alunos e professores? E as políticas públicas governamentais inadequadas? E o que restou de um serviço público do qual as elites, para se elegerem, fizeram de cabide de emprego generalizado, enquanto puderam, sem regras para contratação ou demissão? O que dizer da permanente remoção de professores e especialistas a qualquer tempo, pulando de escola em escola? O que dizer dos professores horistas que se dividem entre várias escolas? O que dizer dos alunos que habitam as crescentes favelas sem condições mínimas de sobrevivência e muito menos para criar um ambiente propício aos estudos? (FREITAS, 2007, p.971).

Mediante a tantas variáveis, o MEC considera apenas uma: o desempenho do aluno. Como se esta, de forma isolada, pudesse dar conta de analisar a educação básica brasileira, desconsiderando assim a dialética entre os fatores internos e externos à escola. Há de se considerar também que somente as disciplinas de língua portuguesa e matemática são medidas nos testes, apesar de o currículo escolar envolver muito mais do que isto.

Freitas (2007) ressalta também que a avaliação em larga escala ou de sistema deveria estar relacionada à avaliação das próprias políticas públicas e não das escolas somente, pois existem falhas nas escolas, mas há de se reconhecer também que existem falhas nas políticas públicas. Pois como aponta Freitas (2007, p.975), “os governos não podem ‘posar’ de grandes avaliadores, sem olhar para seus pés de barro, para suas políticas, como se não tivessem nada a ver com a realidade educacional do país de ontem e de hoje”.

Estamos indo ao encontro do que vivenciamos na época da ditadura brasileira, quando se acreditou que a gestão verticalizada resolveria os problemas de rendimento nas escolas e

para tanto bastava treinar o professor para então fazer o seu trabalho vigiado em sala de aula. Hoje, estamos vivendo uma realidade parecida com esta é chamada de neotecnicismo. É o olhar voltado para o professor como se ele não fizesse parte do processo amplo de pensar sobre a educação brasileira e de participar das suas decisões. Os programas de ensino e as avaliações externas chegam às escolas sem que os professores sejam questionados se é válido ou não para a realidade dos alunos destas, quando o olhar mais próximo dos alunos e da escola é o do professor e dos responsáveis pela mesma.

Na visão de Freitas (2007), é necessário mudar essa concepção de avaliação que é instituída de cima para baixo e transformá-la em uma concepção que abranja a participação e envolvimento dos educadores e comunidade na vida da escola.

As políticas de governo são vulneráveis uma vez que a descontinuidade é uma realidade em todas as suas esferas. Por esta razão, Freitas (2007) ressalta a importância de leis que estabeleçam políticas de Estado voltadas para Educação e propõe a ideia de municipalização do ensino e, por conseguinte, a municipalização da avaliação. Segundo o autor,

A ideia, portanto, é que, à municipalização do ensino, deve seguir-se a municipalização da avaliação. Em vez de tentar “adivinhar”, de Brasília, por que uma escola em um determinado município não se sai bem (ou mandar especialistas visitá-las), propomos que isso seja feito por quem está mais próximo da escola, o município ou organismos regionalizados que englobem vários municípios (FREITAS, 2007, p.977).

Nesse sentido, destaca-se a importância da articulação entre os três níveis de avaliação (sistema, escola e sala de aula). Tendo em vista que temos a avaliação externa que é em larga escala, a avaliação institucional deveria ser interna à escola e voltada para suas necessidades e a avaliação do processo de ensino e de aprendizagem interna à sala de aula e assunto específico do trabalho do professor.

Tendo em vista esse cenário problemático em torno da avaliação externa e suas possíveis interferências tanto na avaliação interna quanto na Didática, é que nos voltamos para investigar como esse processo ocorre. A que ponto as avaliações externas estão interferindo na forma do professor planejar suas aulas e avaliar os alunos durante o processo de ensino? As avaliações externas realmente mostram um retrato da realidade conforme se propõe? E a busca por resultados, até que ponto pode desviar o foco do planejamento para o fim do processo, ao invés de valorizar todo o processo de ensino-aprendizagem e o fim vir a

ser uma consequência e não somente uma meta? É tendo estas questões como base que este trabalho se desenvolverá.

Diante de tais questionamentos, são estabelecidos os seguintes objetivos para este estudo:

- 1- Discutir sobre as avaliações externas e suas metas;
- 2- Analisar qual é a relação existente entre as avaliações externas e suas interferências nas avaliações internas e na Didática de professores que ministram aulas no Município do Rio de Janeiro;
- 3- Analisar qual é a visão que alguns professores do município do Rio de Janeiro têm a respeito da avaliação externa e se, ou de que modo, sua existência interfere em seu trabalho Didático em sala de aula;
- 4- Refletir sobre a Avaliação externa e suas consequências na avaliação da aprendizagem e na Didática de professores.

Como mencionado anteriormente, durante as avaliações externas, tanto os docentes quanto os discentes sofrem uma pressão para obterem bons resultados nestas avaliações. Pois estas, além de se propor a medir o desempenho dos alunos através das avaliações também têm objetivos de classificar e premiar as escolas que possuem melhor desempenho. Essas avaliações como a Provinha Brasil, por exemplo, que vem de fora para dentro das escolas, prontas e pensadas a partir do olhar de quem não acompanha a realidade social de cada escola, muitas vezes, influenciam a prática pedagógica dos professores que, por sua vez, fazem parte dessa estrutura escolar. Tendo estes que atender a estas propostas, muitas vezes preparam os alunos para tirarem boas notas nestas provas e assim a escola ter uma ‘boa’ classificação dentre as demais.

E nesse emaranhado de metas e medidas encontra-se o professor, que terá que se posicionar sob quais caminhos adotará para estar coerente com sua própria concepção de ensino e de Educação. Luckesi (1998, p.28) aponta que: “(...) a avaliação não de dá nem se dará num vazio conceitual, mas sim dimensionada por um modelo teórico de mundo e de educação, traduzido em prática pedagógica.” Nesse sentido a concepção de avaliação tem uma ligação muito íntima com a concepção de educação e de sociedade que cada professor traz consigo. Estas concepções se distinguem quanto a sua intenção de conservação ou de transformação social.

Sendo assim, se faz necessário destacar a relevância deste tema, uma vez que há grande possibilidade de haver interferências na forma na Didática do professor e a sua forma de avaliar a aprendizagem mediante a existência de avaliações externas e o peso de suas metas. Desta forma este trabalho pretende com base em alguns estudos (ESTEBAN, 2003; GARCIA, 2003; FREITAS, 2007; LUCKESI, 1998; MORETTO, 2010; PERRENOUD, 1999; ROMÃO, 2005; VASCONCELLOS, 2007; CANDAU, 2011) contribuir para uma discussão sobre as avaliações externas e suas interferências na avaliação da aprendizagem e na Didática de professores da rede municipal do Rio de Janeiro.

Metodologia

A metodologia utilizada para dar conta de tais questões será de cunho qualitativo, envolvendo as estratégias de entrevistas e questionários. Os sujeitos participantes desta pesquisa serão professores da rede municipal do Rio de Janeiro que atuam no primeiro segmento da Educação Básica, especificamente em anos que estejam direcionadas as avaliações externas. Serão feitas entrevistas semiestruturadas com professores e aplicados questionários.

A escolha de tal metodologia se deu com base em Goldenberg que explicita a importância da pesquisa qualitativa:

“A pesquisa qualitativa, através da observação participante e entrevistas em profundidade, combate o perigo de bias, porque torna difícil para o pesquisado a produção de dados que fundamentem de modo uniforme uma conclusão equivocada, e torne difícil para o pesquisador restringir suas observações de maneira a ver apenas o que sustenta seus preconceitos e expectativas.”
(GOLDENBERG, 2009, p. 47)

Resultados e discussões

O presente trabalho encontra-se em andamento no processo de coleta de dados, em seguida os dados serão organizados e teremos um registro sobre os mesmos onde faremos um levantamento sobre os resultados encontrados e posteriormente um apanhado mais aprofundado sobre o tema. Esta pesquisa pretende contribuir para a construção do conhecimento, dentro do recorte pretendido, sobre as avaliações externas e suas consequências tanto para a Didática quanto para a avaliação da aprendizagem.

Conclusões:

As avaliações em larga escala precisam ser repensadas em sua forma e conteúdo, pois cada escola em seu espaço-tempo está inserida em um contexto social diferente. São muitos os fatores que devem ser levados em consideração neste momento. E estes fatores vão desde a estrutura familiar, passando pelo local onde a escola está inserida, formação do corpo escolar, gestão pública em educação, entre outros. Logo, ao avaliar a educação por meio de provas externas, temos também uma avaliação sobre uma série de questões. No âmbito do chão da escola, estas avaliações tais como são conferidas podem gerar a impressão de que se a educação vai mal é tão somente por conta dos professores que não estão ensinando como deveriam, quando essas variáveis não estão sendo levadas em consideração.

Aos olhos da sociedade, pois esses resultados são divulgados em ampla rede de comunicação, essas avaliações medem o que se propõem, no entanto, é necessário problematizar esta questão. Este estudo se propõe a discutir a respeito do tema e problematizá-lo. O aprofundamento desta pesquisa dar-se-á mediante a coleta de dados e organização dos mesmos. Sendo assim, teremos um longo processo de exploração desses dados dialogando com os autores citados nas referências bibliográficas.

Referências bibliográficas:

CANDAU, V. Maria (org.). A didática em questão – 31. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

DEMO, Pedro. Mitologias da Avaliação: de como ignorar em vez de enfrentar os problemas- 3. Ed. – Campinas. SP: Autores associados, 2010 – (Coleção polêmicas do nosso tempo).

ESTEBAN, M. Teresa (org.). Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. – 5. ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

FREITAS, L. C., Eliminação adiada: o caso das classes populares da Escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. **Educação e Sociedade**. Campinas, Vol. 28 n.100 - Especial p.965-987, out. 2007; Disponível no sitio eletrônico <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acessado em 23 de março de 2013.

GARCIA, R. L., A avaliação e suas implicações no fracasso/sucesso, In. ESTEBAN, M. T. (Org.) **Avaliação: uma pratica em busca de novos sentidos**. 5 Ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2003; p. 29-49.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. – 11ª ed.- Rio de Janeiro: Record, 2009.

LUCKESI, Cipriano Carlos – Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico – 1 ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

MORETTO, V. Pedro. Prova: um momento privilegiado de estudos e não um acerto de contas. – 9. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da Excelência à regulação das aprendizagens - Entre duas lógicas – Porto Alegre: Armed, 1999.

ROMÃO, J. Eustáquio. Avaliação dialógica: desafios e perspectivas. – 6. ed. – São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2005.

VASCONCELLOS, C. dos Santos. Avaliação: Concepção dialética- libertadora do processo de avaliação escolar. 17ª ed. – São Paulo: Libertad, 2007.